



**III SRCCC**

Seminário Regional  
Comércio, Consumo e Cultura  
nas cidades

Sobral-CE, 19 a 22 de junho de **2017**

## **TURISMO, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE: APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA CIDADE DE BOM JESUS DA LAPA-BA**

**Silvano Messias dos Santos<sup>1</sup>**

**Paulo Roberto Baqueiro Brandão<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O turismo é, hoje, objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento. No campo educacional, sabe-se que as publicações sobre turismo geralmente são direcionadas à educação em turismo no âmbito do Ensino Superior, sem levar as discussões para o contexto da Educação Básica. Ainda que muito restrita a literatura específica sobre educação e turismo, a relação entre ambas as áreas é muito próxima, dada a natureza interdisciplinar que as envolve. Considerando a necessidade de as escolas diversificarem seus currículos com temáticas locais e emergentes, em regiões e cidades turísticas ou com potencial turístico é preciso reconhecer as potencialidades pedagógicas que há no turismo como fonte de aprendizagens e oportunidades de construção de saberes. Nesta perspectiva, partindo do princípio de cidade como espaço educativo e da necessidade de ações e políticas que direcionem o planejamento e a gestão do turismo para a promoção de sua sustentabilidade como exercício de cidadania, este trabalho tem como objetivo principal tecer reflexões acerca da tríade “turismo, educação e meio ambiente”, apresentando apontamentos teórico-metodológicos voltados ao planejamento e gestão do turismo sustentável, tendo como cenário de pesquisa Bom Jesus da Lapa-BA, onde o turismo religioso se apresenta como característica peculiar em relação às demais cidades baianas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo. Educação. Meio ambiente

### **1. INTRODUÇÃO**

Vinculado a uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Mestrado em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Oeste da Bahia, este trabalho tem como objetivo tecer reflexões acerca da tríade “turismo, educação e meio ambiente”, partindo do princípio de cidade como espaço educativo e da necessidade de (re) pensar ações e políticas que direcionem o planejamento e a gestão do turismo para a promoção de sua sustentabilidade como exercício de cidadania.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) sugere às escolas incorporarem em seus currículos temáticas locais e emergentes. Portanto, em regiões e cidades turísticas ou com potencial turístico é preciso reconhecer a necessidade de as escolas diversificarem seus currículos considerando as potencialidades pedagógicas que há no turismo como fonte de aprendizagens e oportunidades de construção de saberes. Deste modo, a abordagem do turismo, se inserido nos tempos e espaços escolares através da inter/trans/pluri/disciplinaridade curricular, pode

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências Ambientais na Universidade Federal do Oeste da Bahia, e-mail: [silvannomessias@yahoo.com.br](mailto:silvannomessias@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Professor Dr. da Universidade Federal do Oeste da Bahia, e-mail: [paulo.baqueiro@ufob.edu.br](mailto:paulo.baqueiro@ufob.edu.br)

atuar como disseminador de cultura e conhecimentos, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis e protetores de seus patrimônios históricos, culturais e naturais, além de bons anfitriões de turistas (FONSECA FILHO, 2007).

Assim, este trabalho está organizado da seguinte forma: inicialmente, após breve contextualização sobre Bom Jesus da Lapa, serão apresentados alguns entendimentos teóricos acerca do turismo; na sequência, será discutido a relação entre turismo-meio ambiente e o desafio da sustentabilidade; para, finalmente, problematizar a tríade turismo-educação-meio ambiente a partir de reflexões sobre o turismo religioso de Bom Jesus da Lapa.

## 2. BOM JESUS DA LAPA-BA, A “CAPITAL BAIANA DA FÉ”

Formada por 27 municípios, que estão agrupados em quatro microrregiões (Barra, Bom Jesus da Lapa, Juazeiro e Paulo Afonso), a Mesorregião do Vale São-Franciscano da Bahia constitui-se em uma das sete [mesorregiões](#) do estado da Bahia. A Microrregião de Bom Jesus da Lapa, por sua vez, congrega seis municípios: [Bom Jesus da Lapa](#), [Carinhanha](#), [Feira da Mata](#), [Paratinga](#), [Serra do Ramalho](#) e [Sítio do Mato](#). Este estudo<sup>1</sup> terá como *locus* de investigação Bom Jesus da Lapa, por possuir uma característica bastante peculiar em relação às demais cidades baianas: o turismo religioso, que a realça como um dos maiores cenários de misticismo e fé cristã no Brasil (OLIVEIRA, 2011).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2016), Bom Jesus da Lapa possui uma área total de 4.115, 524 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 69.526 habitantes, sendo o 30º maior município da Bahia. Fundada em 1923 pelo Decreto Nº 1.682, de 31 de agosto de 1923, possui 93 anos de emancipação política e está situada a 796 km de Salvador, na região centro-oeste da Bahia (zona de transição cerrado-caatinga), no contexto da Zona Fisiográfica do Médio São Francisco ou Mesorregião do Vale São-Franciscano (SEGURA, 1937; ALVES, 2014; IBGE, 2016). De acordo com o IBGE (BRASIL, 2016), a agricultura, a pesca, o comércio, a pecuária e o turismo constituem-se nas principais atividades econômicas do município, que tem como lema “A Capital Baiana da Fé e da Fruta: quem chega a estas paisagens jamais a esquece”. Em relação às demais cidades baianas, Bom Jesus da Lapa – que é destino de crentes católicos de várias partes do Brasil há mais de três séculos – tem o turismo religioso como distintivo simbólico. Segundo alguns pesquisadores, como Castro (2008, p. 34), a sacralização do morro e das grutas de Bom Jesus da Lapa atrai anualmente milhares de pessoas para a cidade, dinamizando “o fluxo de romeiros e [produzindo] formas no entorno sacral com funções ligadas ao comércio e aos serviços relacionados aos espaços devocionais”. Considerado um “Santuário Religioso” de pura devoção, sendo composto

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta uma discussão teórica acerca da relação turismo-educação-meio ambiente, haja vista que a pesquisa, como mencionado, ainda está em desenvolvimento e com previsão de término para dezembro de 2016.

por mais de 15 grutas sagradas, o Morro da Lapa – inserido no perímetro urbano, à margem direita do rio São Francisco –, possui aproximadamente 1.000 metros de extensão, 93 metros de altura e 400 metros de largura (ALVES, 2014). Assim, durante mais de 300 anos, o Morro da Lapa, nas palavras de Oliveira (2008), ao se tornar espaço de visitação e devoção, pode ser entendido como pura definição de “santuário” (do latim *Santum Santorum* = santos dos santos), configurando-se, portanto, como templo, local sagrado para as cerimônias religiosas, local de religiosidade, centro de peregrinação e romaria. Anualmente, principalmente nos meses de julho, agosto e setembro, o Santuário do Bom Jesus atrai milhares de visitantes (romeiros, devotos, turistas, expectadores) para a considerada terceira maior romaria do Brasil. Nesse período ocorrem na cidade três grandes manifestações religiosas: a Romaria da Terra e das Águas, a Festa do Bom Jesus e a Festa de Nossa Senhora da Soledade (KOCIK, 1988; BARBOSA, 1996; STEIL, 1996).

### 3. TURISMO: ALGUMAS CONCEPÇÕES

O turismo, segundo Boyer (2003), até meados do século XX, era privilégio de uma minoria, a elite. Hoje, constitui-se cada vez mais como: i) “fenômeno a sobressair na economia” nacional e internacional, movimentando alto volume de capital (MONTORO, 2003, p. 15); ii) “uma das atividades mais promissoras para o terceiro milênio” (VETTORATO, 2000, p. 201); iii) fenômeno social que “abrange o mundo inteiro [...], a partir do processo de globalização das economias e da cultura” (BARRETO, 2000, p. 18); iv) produto da evolução sociocultural, um tipo específico de consumo (Boyer, 2003). De acordo com Barreto (2000, p. 18), se antes, como diz Boyer (2003), turismo era regalia da elite, hoje atinge “todas as camadas e grupos sociais” e pode se apresentar sob diversas formas. É, portanto, um fenômeno complexo, mutável, com várias definições, “sendo difícil apreendê-lo, em sua totalidade, por meio de uma única perspectiva teórica ou mesmo de uma única ciência” (BANDUCCI e BARRETO, 2001, p. 23).

Ao adotar como referência o território (origem ou destino) e a condição do turista, cujas viagens podem ocorrer *para, de* ou *dentro* de um determinado país (ou local), a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2000) estabelece três modalidades básicas de turismo, objetivando facilitar a coleta e análise de dados estatísticos pertinentes ao setor de turismo. São elas:

- i) Turismo receptivo, que diz respeito ao turismo de não residentes dentro do território de referência (destino), ou seja, ocorre quando não residentes chegam para visitar um determinado país (do ponto de vista desse destino);

- ii) Turismo emissivo, por sua vez, refere-se às viagens realizadas pelos residentes de um país a outro país (do ponto de vista do país de origem), ou seja, trata-se do turismo realizado para fora das fronteiras nacionais; e
- iii) Turismo doméstico, que compreende os residentes de um determinado país (ou local) em viajam dentro dos seus limites territoriais (dentro do próprio país).

Diante do exposto, é importante lembrar que essas três categorias de turismo podem ser originadas a partir da combinação das formas básicas de turismo apresentadas pela Organização Mundial do Turismo, a saber:

- i) Turismo doméstico + turismo receptivo = turismo interno, que corresponde às deslocações dos residentes de um país em viagem dentro do próprio país apenas;
- ii) Turismo doméstico + turismo emissivo = turismo nacional, que diz respeito ao movimento dos residentes de um determinado país; e
- iii) Turismo receptivo + turismo emissivo = turismo internacional, que refere-se às deslocações que atravessam a fronteira do país de origem (OMT e ONU, 1991).

O quadro a seguir apresenta algumas definições sobre turismo, sob a ótica da Organização Mundial do Turismo e do Instituto Brasileiro de Turismo:

Quadro 01 – definições de turismo e turista segundo a OMT e EMBRATUR

Organização Mundial do Turismo (1998)	[...] compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares distintos ao de seu entorno habitual, por um período de tempo inferior a um ano, com fins de lazer, por negócio e por outros motivos. (p. 44)
Instituto Brasileiro do Turismo (2000)	[...] atividade econômica representada pelo conjunto de transações – compra e venda de serviços turísticos – efetuadas entre agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que tem residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se os de exercer alguma atividade remunerada no local. (p. 29)
Instituto Brasileiro do Turismo (2000)	[o termo turista diz respeito àquele] que se desloca para fora do seu local de residência permanente, por mais de 24 horas, realizando pernoite, por motivo outro que não o de fixar residência ou exercer atividade remunerada, realizando gastos de qualquer espécie com renda auferida fora do local visitado. (p. 29)

Fonte: OMT (1998) e Embratur (2000).

Sob forte influência da Organização Mundial do Turismo, a Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que institui a Política Nacional de Turismo, assim define turismo no Art. 2º: “atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. Ademais, a Lei nº 12.933, de 09 de janeiro de 2014, que institui a Política Estadual de Turismo e o Sistema Estadual de Turismo para o Estado da Bahia, apresenta no Art. 3º, parágrafo I, a seguinte definição de turismo:

[...] atividade econômica decorrente de viagens e respectivas permanências das pessoas em lugares distintos dos que vivem, por período de tempo inferior a 01 (um) ano consecutivo e superior a 24 (vinte e quatro) horas, com a finalidade de lazer, negócios, cultura, religião, entretenimento e outros.

Assim sendo, o quadro abaixo apresenta alguns conceitos relacionados ao turismo, com base no que diz a Organização Mundial do Turismo:

Quadro 02 – Definições dos conceitos de viajante, visitante, turista e excursionista

CONCEITO	DEFINIÇÃO
Viajante	Qualquer pessoa numa viagem entre dois ou mais países ou duas ou mais localidades dentro do seu país de residência habitual.
Visitante	Toda a pessoa que viaja para outro local fora do seu ambiente habitual por menos de 12 meses e cujo principal motivo de viagem é outro que não o exercício de uma atividade remunerada no país visitado.
Turista	Todo o visitante que fica pelo menos uma noite no local visitado.
Excursionista	Todo o visitante que não pernoita no local visitado.

Fonte: XAVIER *et al* (2007) *Apud* MCINTOSH e GOELDNER (1990).

A preocupação central da Organização Mundial do Turismo, para Pakman (2014, p. 19), “não é a de apresentar definições conceituais – certamente deixadas para teóricos e acadêmicos – mas a de elaborar definições normativas aplicáveis para a obtenção de dados estatísticos que deem conta da incidência do fenômeno do turismo nos diversos países e no mundo em geral”. Nesta perspectiva, Boyer (2003), ao tecer reflexões sobre a extensão do turismo a novas categorias, sinaliza que até meados do século XX os termos “turismo” e “turista” não eram adjetivados. Porém, hoje o turismo pode apresentar-se sob diversas formas: turismo de massa, turismo rural, ecoturismo, turismo sustentável, turismo religioso (como é o caso de Bom Jesus da Lapa), dentre outras categorias.

A essa altura da discussão, vale enfatizar dois conceitos importantes ao estudar o turismo em Bom Jesus da Lapa: turismo religioso e romaria.

De acordo com Christoffoli, Pereira e Silva (2012, p. 601), os estudos sobre turismo religioso no Brasil são recentes, “visto que o que hoje [é] designado de ‘turismo religioso’ somente nas últimas três décadas vem sendo estudado numa perspectiva que não seja unicamente religiosa”, se tornando, portanto, objeto de estudo de pesquisadores do Turismo ou de áreas como a Sociologia, a Antropologia e a Geografia, dentre outras.

Para Santos (2006, p. 293), o turismo religioso pode ser entendido como “toda e qualquer deslocação (voluntária, temporária e não remunerada) religiosamente motivada, combinada com motivações de outro tipo que tem por destino um lugar religioso (de âmbito local, regional, nacional e internacional), mas que não é, em si mesma, uma prática religiosa”. Importante ressaltar que o turismo religioso pode abarcar tanto o sujeito com interesses estritamente religiosos quanto aquele que busca tão somente uma experiência turística em um espaço/lugar de devoção religiosa.

A romaria, por sua vez, segundo Oliveira (2008, p. 10), “não tem data específica para os diversos e milhares de crentes. Ela pode acontecer a qualquer dia, a qualquer momento. O que é específico é a data da festa do santuário ou do padroeiro”. Nas culturas de todos os tempos, constituiu-se uma prática comum a “busca por lugares [...] em que se possa entrar em contato com o sagrado” e a peregrinação, neste sentido, “se caracteriza por ser uma viagem, uma caminhada, uma prova física do espaço” (ROSA e CORTEZ, 2013, p. 3), como é o caso de Bom Jesus da Lapa.

Destarte, segundo Oliveira (2011, p. 247), “usa-se o termo “romaria”, para identificar o deslocamento de pessoas (populares) para o lugar sagrado em reverência ao santo”. Para ela,

[...] a experiência religiosa é uma forma de entender o homem com capacidade de produzir símbolos, sendo, portanto, produtor de cultura, crenças e ideias coletivas. Cultura e religião são fenômenos que se correspondem, pois não só têm raízes na natureza social de produzir sentido e estabelecer relações sociais, como também abrem espaço de diálogo entre indivíduo e sociedade. (OLIVEIRA, 2011, p. 255)

As peregrinações, no Brasil, “relacionam-se diretamente a festas religiosas locais e são comumente designadas por “romarias”, embora ultrapassem em muitos lugares a dimensão de festividade local” (CORDEIRO, 2008, p. 3). Sob essa ótica, para Corrêa e Rosendahl (2000), o espaço sagrado, caracterizado pela manifestação do divino, é um campo de forças e valores, onde a mediação homem-divindade se dá mediante símbolos, mitos e ritos. Neste sentido, o espaço vivido pode ser entendido como um campo de representações simbólicas e, assim, dentre a pluralidade de símbolos existentes “estão aqueles ligados à religiosidade do homem que singularizam o espaço, transformando-o em um espaço sagrado” (OLIVEIRA, 2012, p. 144).

À luz do exposto, Steil (2003, p. 252), ao estudar a romaria de Bom Jesus da Lapa como discurso metassocial, salienta que, operando a partir de lógicas opostas, ela comporta duas formas de sociabilidade: i) *communitas*, segundo a qual a sociedade seria expressa pela busca do ideal fraterno



da comunhão, “onde a romaria surge como um espaço simbólico que ab-roga as regras sociais, as hierarquias e os constrangimentos morais [ênfaticando] o caráter festivo, lúdico e transgressivo da peregrinação”, que incorpora como dimensões do culto “o divertimento, o sexo, o comércio, a dança, a diversidade religiosa”; e ii) *societas*, marcada pelo olhar distanciado e de estranhamento, segundo a qual a regra básica de funcionamento da sociedade estaria na distinção, onde a sociabilidade do cotidiano e a vida moderna se organizam “a partir da divisão social do trabalho e de múltiplos *status* sociais que estabelecem regras rígidas de comportamentos e hierarquias”.

#### 4. TURISMO E MEIO AMBIENTE: O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE

Machado e Alves (2014), citando Euhofa *et al.* (2001), ao abordar a relação de interdependência entre turismo e meio ambiente, afirma que este vem sofrendo constantes transformações, por razões naturais e antrópicas, onde o turismo se situa como possível causante de impactos socioambientais. Por meio ambiente, a Lei nº 6938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, traz as seguintes definições: “patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo” (Art. 2º); “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Art. 3º). Assim sendo, neste trabalho, a definição adotada para *meio ambiente* é ampla e extrapola as concepções simplistas e fragmentadas que o reduz ao verde/à natureza, sendo, pois, entendido aqui como “conjunto de elementos do meio humano, histórico e cultural, físico e moral, geográfico e técnico, susceptíveis de afetar o movimento turístico ou de serem afetados por este” (DIAS, 2003, p. 54). Segundo Coriolano, Leitão e Vasconcelos (2009, p. 29),

Ao mesmo tempo que a atividade turística simboliza o uso e a apropriação (muitas vezes inadequada) de ambientes naturais e culturais, transfigurando-os em espaços de lazer e consumo, concentração de riquezas, especulação, segregação de espaços, degradação de ambientes, destruição de expressões culturais, exploração de trabalhadores, também simboliza o empreendedorismo, a conquista, a descoberta e sonho de muitas pessoas. (CORIOLANO, LEITÃO e VASCONCELOS, 2009, p. 29)

De acordo com o Programa de Regionalização do Turismo, divulgado pelo Ministério do Turismo, pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo e pelo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico (BRASIL, 2007, p. 20), as relações entre turismo e sustentabilidade devem ser abordadas a partir dos seguintes princípios, que “mantêm uma forte relação entre si e precisam ser planejados conjuntamente”: i) sustentabilidade ambiental; ii) sustentabilidade sociocultural; iii) sustentabilidade econômica; e iv) sustentabilidade político-institucional.

##### Quadro 03 – Princípios básicos da sustentabilidade

Sustentabilidade ambiental	Assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade dos recursos.
Sustentabilidade sociocultural	Assegura que o desenvolvimento aumente o controle das pessoas sobre suas vidas, preserve a cultura e os valores morais da população e fortaleça a identidade da comunidade [visando] uma civilização mais igualitária, ou seja, com mais equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.
Sustentabilidade econômica	Assegura que o desenvolvimento seja economicamente eficaz, garanta a equidade na distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento e gere os recursos de modo que possam suportar as necessidades das gerações futuras.
Sustentabilidade político-institucional	Assegura a solidez e continuidade das parcerias e compromissos estabelecidos entre os diversos agentes e agências governamentais dos três níveis de governo e nas três esferas de poder, além daqueles atores situados no âmbito da sociedade civil.

Fonte: Programa de Regionalização do Turismo/Ministério do Turismo (BRASIL, 2007, p. 20).

A esse respeito, Montoro (2003) problematiza:

Dentro de uma visão mais contemporânea, é necessário que o crescimento econômico e o desenvolvimento sócio-cultural e ambiental integrem o planejamento da atividade turística. O turismo sustentável [...] envolve a conservação do local turístico e do meio ambiente natural e cultural com garantia de melhores condições de vida à população. (MONTORO, 2003, p. 18)

Em consonância com a Lei Federal nº 11.771/2008, a Política de Turismo do Estado da Bahia (Lei nº 12.933, de 09 de janeiro de 2014) explicita em seu Art. 2º que “tem por objetivo implementar mecanismos destinados ao planejamento, desenvolvimento, fiscalização e estímulo ao setor turístico, bem como disciplinar a prestação de serviços turísticos”. No Art. 4º, a referida Lei apresenta, no item IV, um de seus princípios orientadores, o da sustentabilidade, entendida como “inclusão social, eficiência econômica, conservação e valorização da diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente, visando conferir melhor qualidade de vida às populações dos destinos turísticos”.

Além da Lei Federal nº 11.771/2008 e da Lei Estadual nº 12.933/2014, faz-se oportuno mencionar o Decreto Nº 10.497, de 19 de outubro de 2007, que aprova o Regimento da Secretaria de Turismo – SETUR/Bahia, criada pela Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, tendo “por finalidade planejar, coordenar e executar políticas de promoção e fomento ao turismo”, conforme explicita o Art. 1º. De acordo com o referido Decreto, em seu Art. 7º, à Superintendência de Serviços Turísticos



competem, dentre outras atribuições: “promover e apoiar ações de educação para o turismo e dos agentes das comunidades locais”, “realizar e acompanhar ações de sensibilização e conscientização turística junto às comunidades das localidades de interesse turístico do Estado”, “desenvolver ações de educação para o turismo, junto às comunidades locais”.

Diante do exposto, pensar a tríade “turismo-educação-meio ambiente” implica pensar na complexidade que a envolve: turismo e impactos socioambientais, planejamento e gestão do turismo, educação para a ecocidadania.

O turismo sustentável, portanto, implica em planejamento, para evitar impactos socioambientais e culturais negativos. Como exemplo de impactos socioambientais e culturais negativos provocados ou intensificados pela prática do turismo religioso, podemos citar os estudos de Shinde (2012) sobre a política, planejamento e gestão do turismo religioso em locais de peregrinação na Índia. Nesta pesquisa, Shinde (2012) aborda a prática do turismo religioso em Vrindavan, uma cidade de peregrinação (norte da Índia) que possui cerca de 5 mil templos (a maioria dedicados à deusa Krishna) e que recebe anualmente 170 milhões de visitas (a peregrinação iniciou-se no século XV e continua até hoje). Porém, a carência de um planejamento turístico trouxe impactos socioambientais, tais como: infraestrutura não manteve o ritmo do crescimento; abastecimento de água limitado; colapso do sistema de esgoto; problemas relacionados à gestão dos resíduos sólidos; desmatamento e poluição do rio Yamuna; má gestão do tráfego e manutenção da higiene pública; poluição sonora; dentre outros. É interessante observar que, embora haja especificidades nas práticas turísticas que ocorrem na Índia, existem pontos comuns com outras cidades e municípios turísticos. Neste contexto, que relação pode-se estabelecer entre o turismo religioso que ocorre na Índia com o turismo religioso de Bom Jesus da Lapa? A esse respeito, o próprio Shinde (2012) reconhece que os problemas socioambientais gerados pela carência de políticas, planejamento e gestão não se aplicam somente às experiências da Índia, podendo, se estender, pois, para outras realidades com experiências turísticas. No caso de Bom Jesus da Lapa, os reflexos de seu turismo podem ser complexos: sistema de esgoto deficiente e excessiva produção de lixo, má gestão do tráfego e manutenção da higiene pública, além da poluição sonora e poluição do rio São Francisco, dentre outros, principalmente nos meses de julho, agosto e setembro, período que a cidade recebe um número expressivo de visitantes (SILVA e SOUZA, 2013).

Portanto, segundo Maciel e Philomena (2000, p. 199), é preciso atentar-se para o turismo e as questões inerentes ao contexto sociocultural e ambiental, não somente econômico, “promovendo condições de exigir um turismo que vise preservar ao máximo a população local e o ambiente [para evitar] interferências exógenas e impactos sociais, culturais e ambientais provocados pelo turismo”, o que implica, obviamente, em planejamento, administração pública e implantação de projetos turísticos

que estejam dentro de uma visão sustentável.

Assim como Vettorato (2000), que entende o turismo como agente promotor da (re) organização do espaço, o modelo acelerado de desenvolvimento do setor turístico, para Montoro (2003, p. 16), “desprovido de participação social, modifica culturas locais – que contatam pessoas portadoras de outros hábitos – acabam transformando as relações tradicionais”. Ainda de acordo com o autor supracitado, tal concepção de desenvolvimento do turismo transforma, conseqüentemente, “costumes por aculturação e endoculturação, geram novas necessidades de consumo, aceleram as diferenças entre visitantes e predadores de serviços, causando influências e impactos nos *modus vivendi*” (idem, p. 16).

## 5. TURISMO, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE: UM DIÁLOGO POSSÍVEL E NECESSÁRIO

Dada sua complexidade, a construção do conhecimento turístico, de acordo com Fonseca Filho (2007, p. 06), ainda está num processo inicial de sua formação, com múltiplas facetas e (in) compreensões, sendo, portanto, “construído dentro das diferentes áreas de estudo e correntes de pensamento”. Para Azevedo (1997), a relação entre turismo e educação é muito próxima, em função da natureza interdisciplinar existente em ambas as áreas:

- i) Existe uma correlação entre *espaço, cultura e educação* que pode ser entendida como possibilidade de valorização do patrimônio histórico-cultural e inclusão social; o turismo, neste sentido, configura-se como elemento (re) produtor de espaço e, conforme ressaltam Natividade e Cândido (2000), o espaço turístico, ao ser vivido por diferentes grupos, sofre mutações ao longo do tempo de acordo com os sentidos e usos que as diferentes pessoas lhe atribuem, uma vez que, na condição de modeladores de lugares, interferimos na moldagem e remoldagem das relações espaço-tempo com nosso modo de interpretar o mundo e se relacionar com ele, na medida em que modelamo-nos simultaneamente (neste contexto, portanto, o Turismo pode se aderir à Educação – seja em sua dimensão formal, não-formal e informal –, visando, dentre outros objetivos, o desenvolvimento sustentável de projetos turísticos e construção da ecocidadania);
- ii) A necessidade da Educação Ambiental – seja em espaços formais, não-formais e informais de educação – para a promoção da valorização e preservação do meio ambiente natural e sociocultural, com vistas à gestão e planejamento do turismo sustentável, possibilita-nos perceber a importância de entendermos a relação turismo-

educação sob a ótica da interdisciplinaridade, concebendo a pedagogia da cidade e a ecopedagogia, por exemplo, como possibilidades para a compreensão dos reflexos do turismo nos problemas socioambientais e proposição de estratégias e planos de ação voltados para a construção de valores democrático-participativos, ressignificação da cidadania, multiplicação de redes educativas e culturais (BRARDA & RIOS, 2004);

- iii) Ainda há, no turismo, um processo essencialmente pedagógico, podendo ser considerado uma fonte de aprendizagens e oportunidade de construção de saberes, atuando no campo da educação como disseminador de cultura e conhecimento; daí a relevância, por exemplo, da educação turística para os municípios turísticos ou com potencial turístico, por meio da “abordagem do turismo pela educação escolar em tempos de transversalidade curricular e a possibilidade de trabalhar tal temática no ensino” (FONSECA FILHO, 2007, p. 19), como forma de oportunizar aos educandos: entender as questões histórico-político-sociais do *seu* lugar (o que torna extremamente importante para a construção de sua identidade, reconhecimento e valorização da própria cultura, de sua história), bem como compreender os sentidos e significados do turismo no contexto em que vivem (seus aspectos positivos e negativos, para que possam refletir acerca das possibilidades de intervenções nessa realidade), ampliando, desta forma, seu universo cultural e percepção de mundo.

Segundo Freire (1996), a educação é uma forma de intervenção no mundo e, como sabemos, é através da interação com o mundo que construímos, desconstruímos e reconstruímos nossas identidades, nossa forma de ser-estar-agir no mundo. Portanto, estabelecer diálogo entre turismo e educação como conceitos interdisciplinares pode ser entendido como possível caminho para o planejamento de atividades turísticas sustentáveis que viabilizem o envolvimento de profissionais de diferentes áreas e a participação escolar-comunitária no planejamento de programas de sensibilização e desenvolvimento do turismo responsável e ético: aquele que seja sustentável do ponto de vista ambiental, produtivo do ponto de vista econômico e justo do ponto de vista social (MONTORO, 2003).

Neste sentido, segundo Dias (2003), faz-se necessário que a educação seja vinculada à legislação, às políticas públicas, às medidas de controle e às decisões adotadas para a relação com o meio ambiente humano, entendendo o turismo sob diferentes e complementares pontos de vistas. Indubitavelmente, em escala municipal, regional, estadual, nacional e mundial, o turismo gera emprego e renda, mas sabemos que as explicações de caráter essencialmente econômico “para compreender a transcendência do turismo são, evidentemente, insuficientes, ainda que significativas, porque não contemplam e tampouco consideram a diversidade de dimensões do fenômeno” (MOLINA e

RODRIGUES, 2001, p. 09), sendo, portanto, reducionistas e limitadas frente à complexidade que envolve o turismo.

Sob a ótica de cidade como projeto e espaço educativo, Gadotti (2006, p. 139), ao propor reflexões sobre o que é educar para a cidadania, defende uma pedagogia da cidade, “para nos ensinar a olhar, a descobrir a cidade, para poder aprender com ela, dela, aprender a conviver com ela” e, assim, “participarmos da sua construção e da sua reconstrução permanente”. Assim se posiciona o autor:

Todos os habitantes da cidade têm o direito de refletir e participar na criação de programas educativos e culturais e a dispor dos instrumentos necessários que lhes permitam descobrir um projeto educativo, na estrutura e na gestão da sua cidade, nos valores que esta fomenta, na qualidade de vida que oferece, nas festas que organiza, nas campanhas que prepara, no interesse que manifesta por eles e na forma de os escutar. (GADOTTI, 2006, p. 134-135)

Na mesma linha de pensamento de Arroyo (1997), que considera a dinâmica urbana como um todo educativa, uma vez que o processo educativo, em seu sentido amplo, não se limita aos espaços escolares, para Neta (2010, p. 213) “a cidade é investida de uma orientação pedagógica expressa em seu *modus vivendi*, nos cenários, nas ritualizações e nas instituições e, a educabilidade é uma constante dessa orientação”.

À luz do exposto, como relacionar turismo, educação e meio ambiente no contexto de Bom Jesus da Lapa, partindo do princípio de cidade como espaço educativo?

Diante da complexidade que envolve o turismo – especificamente o turismo religioso e a romaria de Bom Jesus da Lapa –, como já discutido, e partindo do princípio de cidade como espaço educativo, entende tratar-se de um grande desafio a gestão sustentável do turismo.

A LDBEN (BRASIL, 1996) reconhece que a educação, conforme elucida o Art. 1º, “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Educar para a sustentabilidade, portanto, constitui-se num dos maiores desafios do século XXI, em escala planetária. A esse respeito, Maciel e Philomena (2000) relacionam Educação Ambiental (EA) e planejamento do turismo, dentro da ótica da ecopedagogia, como possibilidade para o ressignificar de práticas socioeducativas interdisciplinares, enfatizando que a EA, no contexto escolar, precisa ser repensada

[...] para o desenvolvimento turístico, visando viabilizar o conhecimento do ambiente e da história local, fomentar situações que desencadeiem nos alunos o processo de conscientização, auto-estima e valorização do ambiente, bem como ressaltar o sentido crítico e participativo. [fazendo-os perceber] a importância do meio em que vivem, participando, criando, descobrindo e redescobrendo o fazer. (MACIEL e PHILOMENA, 2000, p. 199)

Como possível reflexão acerca dessa questão, faz-se oportuno tecer algumas reflexões sobre o conceito de cidade como espaço educativo. A cidade, segundo Gómez-Granell e Vila (2003, p. 18), “é, em si mesma, um agente educativo e assim foi inventada pelas diferentes civilizações. Um lugar onde as pessoas se reúnem para conviver, para aprender, para participar da vida social e política e para exercer seus direitos de cidadãos”. A esse respeito, fazem-se oportunas as reflexões de Araújo (2011) sobre o sentido da cidade como espaço público de educação e de afirmação da cidadania, ou seja, a cidade vista como território do consenso e não de exclusão, como território de garantia formal de direitos e exigência de cidadania:

A cidade como espaço público de educação e de afirmação da cidadania não pode prescindir da ideia de que todos os espaços da cidade (ruas, praças, parques, clubes, postos de saúde, centros de assistência, escola, órgãos do governo, etc.) são espaços potencializadores de educação, seja como atuam o princípio da cidadania e do direito em suas práticas, seja como dão visibilidade às necessidades, interesses, razões e opiniões dos diferentes sujeitos. É preciso construir novas matrizes culturais de gestão que estimulem o projeto de “cidade educadora”, cujos diferentes espaços sociais se movem na construção incessante da justiça social. (ARAÚJO, 2011, p. 142)

Portanto, (re) pensar a cidade e sua construção como um espaço permanente de educação exige, dentre outros fatores, reconhecer que cada sujeito (seja habitante ou visitante) é produtor de história/cultura e que os diferentes arranjos espaciais e temporais são caracterizados pelas desigualdades sociais. Ainda segundo Araújo (2011, p. 147), uma cidade educadora é aquela “que se percebe criadora de serviços tendo em vista o bem comum, a construção de um espaço cuja natureza humana é volvida pela cultura da paz, da cidadania e da justiça social”, o que implica “pensar a cidade e a educação como espaços socioculturais em que os direitos se colocam no cotidiano”.

Portanto, “repensar a relação entre a educação e as cidades, entre a escola e o território” constitui-se em possível caminho para a participação coletiva e formação da cidadania (GÓMEZ-GRANELL e VILA, 2003, p. 38). Nesta perspectiva, a compreensão da cidade “destaca sua relação com a formação de cidadãos e busca explicitar projetos de formação de cidadania orientados por princípios democráticos, abertos para a diversidade, para o usufruto coletivo dos espaços urbanos, para a vida coletiva” (CAVALCANTI, 2008, p. 8).

Como discutido anteriormente, as práticas de peregrinação, de acordo com Rosendahl (2008), ainda que temporariamente, fazem do romeiro um agente modelador de espaço e que, portanto, afeta a interação homem-ambiente e a organização espacial, como complementam Jackson e Hudman (1990). No contexto de Bom Jesus da Lapa, embora a concentração de pessoas seja maior nos meses de julho, agosto e setembro, durante todo o ano a cidade recebe visitantes, muitos dos quais utilizam o leito do rio São Francisco para acampamento, transformando suas margens e vegetação local em depósitos de lixo, orgânico e inorgânico, além de dejetos humanos e de animais.

Além da sobrecarga nos serviços públicos, nos períodos de romaria Bom Jesus da Lapa enfrenta uma série de demandas relacionadas à problemáticas de natureza socioambiental geradas pela prática do turismo (infraestrutura urbana, produção de lixo, higiene pública, tráfego intenso, sistema de esgoto, abastecimento de água, poluição estética e sonora, poluição do rio São Francisco, aumento da violência urbana e roubos, aumento do tráfico de drogas, proliferação de doenças, evasão escolar, dentre outros). A Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, assegura no item X, referente ao Art. 2º, que a EA deve aplicar-se “a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”. Sob forte influência do referido documento, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, ao instituir a Política Nacional de Educação Ambiental, sinaliza, no Art. 2º, que a EA “é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Assim define:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999, Art. 1º)

Nesta perspectiva, a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, traz reflexões importantes acerca da EA, evidenciando que o atributo ‘ambiental’ não é empregado para especificar um tipo de educação: “se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental” (BRASIL, 2012, p. 01).

Diante do atual contexto – caracterizado pelas constantes mudanças sociais, econômicas, políticas, tecnológicas, socioambientais –, apesar de a escola ser entendida como lugar privilegiado para a realização da EA, sabemos que em todos os espaços de educação, sejam eles formais, não formais e informais, a EA precisa ser efetivada, haja vista que a “educação direcionada para a libertação da exclusão, da violência simbólica, da seleção que o mundo atual impõe se faz necessário em prol da construção do sujeito crítico-reflexivo” (GOMES, 2014, p. 434). É preciso, portanto, entender que EA vai além dos conteúdos pedagógicos e extrapola as paredes da sala de aula e os muros da escola, abrangendo as comunidades de seu entorno, ou seja, o contexto em que está inserida.

Nesta direção, Cuba (2010), citando Chalita (2002), reconhece ser a educação a “mais poderosa de todas as ferramentas de intervenção no mundo para a construção de novos conceitos e conseqüente mudança de hábitos” (Chalita, 2002, *Apud* Cuba, 2010, p. 27). Neste sentido, a EA, nas



palavras do autor, “caracteriza-se por adotar a gestão ambiental como princípio educativo do currículo e por centrar-se na ideia da participação dos indivíduos na gestão dos seus respectivos lugares [...] para que as pessoas adotem uma nova postura com relação ao seu próprio lugar (CUBA, 2010, p. 29).

Ainda é muito restrita a literatura específica sobre educação e turismo. Geralmente, as publicações sobre o tema são direcionadas à educação em turismo no âmbito do Ensino Superior, sem levar as discussões para o contexto da Educação Básica. A esse respeito, Fonseca Filho (2007, p. 31), ao questionar sobre como pensar e elaborar uma epistemologia do ensino do turismo, sugere que, em regiões turísticas ou com potencial turístico, a educação em turismo seja inserida também na Educação Básica, assumindo, neste contexto, o papel de difundir conhecimentos e formar “cidadãos responsáveis e protetores de seus patrimônios culturais (patrimônios históricos, culturais, intangíveis e naturais), além de bons anfitriões de visitantes e turistas”.

Portanto, no contexto de uma cidade turística como Bom Jesus da Lapa, tanto as escolas como espaços não-formais e informais de educação precisam considerar a EA crítica, dentro dos pressupostos da ecopedagogia, como possibilidades de reflexão-ação direcionadas às questões socioambientais, partindo da realidade cultural, social, econômica e política, (CARVALHO, 2008), para a promoção de valores pautados no desenvolvimento sustentável (REBOUÇAS, 2012).

No processo de turisficação dos lugares, de acordo com Machado (2014, p. 226), cabe ao poder público, para além da normatização/regulação da proteção do meio ambiente, “fortalecer as políticas de planejamento, estruturação, controle do espaço, bem como, estimular ações que visem à apropriação local por meio da própria cultura, história e identidade da comunidade”. Dentre essas tomadas de decisão, ações socioeducativas, pensadas para além das instituições de ensino, podem vislumbrar-se como possível alternativa, integrada à política de planejamento e gestão das práticas turísticas.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, intencionou-se abordar a respeito da tríade turismo-educação-meio ambiente, enfatizando a necessidade do planejamento e da gestão do turismo para a promoção de sua sustentabilidade como exercício de cidadania.

Como dito, os estudos sobre turismo religioso no Brasil são recentes. Em Bom Jesus da Lapa existem algumas pesquisas realizadas com foco no turismo religioso; porém, há carência de estudos sobre os impactos socioambientais gerados ou intensificados por ele. Sobre a relação turismo, educação e meio ambiente não existem trabalhos realizados no âmbito de Bom Jesus da Lapa. Assim,

diante dos apontamentos teóricos apresentados ao longo deste trabalho, para o planejamento e gestão do turismo religioso de Bom Jesus da Lapa visando sua sustentabilidade, sugere-se:

- i) Que a gestão pública dialogue com a comunidade local, oportunizando sua participação, pois sociedade e poder público precisam debater sobre a questão coletivamente;
- ii) Que sejam elaborados estudos e diagnósticos sobre o turismo, atentando para os impactos socioambientais gerados ou intensificados pelas práticas turísticas;
- iii) Que, a partir desses estudos e diagnósticos, sejam elaborados planos de ação e um projeto turístico que assegure sua sustentabilidade;
- iv) Que parcerias com diferentes profissionais e áreas sejam efetivadas;
- v) Que o turismo, entendido como temática local, seja incorporado nos currículos escolares – independentemente do nível, etapa e modalidade de ensino –, buscando formar cidadãos responsáveis e protetores de seus patrimônios históricos, culturais e naturais, além de bons anfitriões de turistas, como propõe Fonseca Filho (2007); e
- vi) Que a Educação Ambiental seja desenvolvida nas escolas e fora delas, em instituições públicas e particulares, visando a sensibilização comunitária sobre a valorização do patrimônio histórico-cultural-ambiental de Bom Jesus da Lapa; dentre outros.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Roque Silva. **A arte de rezar dos romeiros no santuário do Bom Jesus da Lapa: tradição e inovação**. Bom Jesus da Lapa-BA: Gráfica e Editora Bom Jesus, 2014.

ARAÚJO, Vania Carvalho de. **A cidade como espaço público de educação e de afirmação da cidadania: a experiência de Vitória/ES, Brasil**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v.27, n.1, p. 135-148, jan./abr., 2011, p. 135-148.

ARROYO, Miguel. O aprendizado do direito à cidade: Belo Horizonte – a construção da cultura política. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 26, p. 23-38, dez. 1997.

AZEVEDO, J. “Enraização” de propostas turísticas. In: RODRIGUES, A. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 147-163.

BANDUCCI, Á.; BARRETO, M. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. São Paulo: Papius, 2001.

BARBOSA, Antônio. **Bom Jesus da Lapa: antes de Monsenhor Turíbio, no tempo de Monsenhor Turíbio e depois de Monsenhor Turíbio**. RJ: Jotanesi, 1996.

BARBOSA, Joselice de Souza. **Turismo Religioso: a afirmação da atividade turística em Urucânia-MG apesar das suas particularidades**. Universidade Federal de Viçosa-MG (Monografia). Viçosa, 2014.

BARRETTO, Margarita. As ciências sociais aplicadas ao turismo. In: SERRAMO, C.; BRUHNS, H.; LUCHIARI, M. **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. São Paulo: Papyrus, 2000.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. São Paulo: EDUSC, 2003.

BRARDA, A.; RIOS, G. Argumentos e estratégias para a construção da Cidade Educadora. In: GADOTTI, M.; PADILHA, P.; CABEZUDO, A. (Org.). **Cidade Educadora: princípios e experiências**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (2016). Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290390&search=||inifogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em 05 de abril de 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei Federal Nº 6.938, de 02 de setembro de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981.

BRASIL. **Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: 1999.

BRASIL. **O Plano Nacional de Turismo 2013-2016**. Brasil, 2013.

BRASIL. **Política Estadual de Turismo**. Lei Nº 12.933, de 09 de janeiro de 2014. Bahia, 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Turismo. Lei Nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade/Ministério do Turismo**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007.

BRASIL. Resolução/CNE nº 2, de 15 de junho de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília: MEC, 2012.

CARVALHO, I. **Educação ambiental: a formatação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTRO, Jânio Roque Barros de. **A topografia do sagrado e a natureza mítica das cidades-santuários: uma leitura a partir de Bom Jesus da Lapa/BA**. Revista Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 24, p. 33-43, Jul./Dez., 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. São Paulo: Papyrus, 2008.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2002.

CHRISTOFFOLI, Ângelo Ricardo; PEREIRA, Raquel Fontes do Amaral; SILVA, Yolanda Flores. **O lazer no turismo religioso: uma análise dos discursos no turismo.** Revista de Turismo e Patrimônio Cultural, v. 10, n. 05, p. 595-603, 2012.

CORDEIRO, Maria Paula Jacinto. **Quotidiano e religiosidade:** ressignificação de práticas romeiras a partir de estudo de caso no nordeste brasileiro. VI Congresso Português de Sociologia. Universidade Nova de Lisboa, 2008.

CORIOLANO, L.; LEITÃO, C.; VASCONCELOS, F. Turismo, cultura e desenvolvimento na escala humana. In: CORRÊA, M.; PIMENTA, S.; LACERDA, J. **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente:** contradições e convergências. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural:** um século. RJ: EdUERJ, 2000.

CUBA, Marcos. **Educação ambiental nas escolas.** ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul/dez, 2010.

DECRETO Nº 10.497, de 19 de outubro de 2007. **Regimento da Secretaria de Turismo.** Salvador, 2007.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

EMBRATUR. **Turismo religioso:** roteiros da fé católica no Brasil. Brasília: [s/e], 2000.

EUHOFA; IH&RA; UNEP. **Sowing the seeds of change:** na environmental teaching pack for the hospitality industry. Paris Euhofa/Ih&Ra/Unep, 2001.

FONSECA FILHO, Ari da Silva. **Educação e turismo:** reflexões para elaboração de uma educação turística. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 1, n. 1, p. 5-33, set. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **A escola na cidade que educa.** CADERNOS CENPEC, n. 1, 2006, p. 133-139.

\_\_\_\_\_. **Educar para a sustentabilidade:** uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Terra.** São Paulo: Petrópolis, 2000.

GÓMEZ-GRANELL, C.; VILA, I. **A cidade como projeto educativo.** Porto Alegre: Artmed, 2003

GOMES, R. **Por uma educação ambiental crítica/emancipatória:** dialogando com alunos de uma escola privada no município de Rio Grande/RS. Ciência e Natura, Santa Maria, v. 36 n. 3 set-dez. 2014, p. 430-440.

JACKSON, R.; HUDMAN, L. **Geografia Cultural:** as pessoas, o local e o meio ambiente. Saint Paul, West Publishing Company, 1990.

KOCIK, Lucas. **Maravilhas do santuário de Bom Jesus da Lapa.** Bom Jesus da Lapa: Gráfica Bom Jesus, 1988.

MACHADO, A. **Educação ambiental na escola**: interdisciplinaridade, sustentabilidade e cidadania. Revista Digital da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba. Revista Compartilhando Saberes, 2014.

MACHADO, S.; ALVES, K. **Turismo e meio ambiente**: relação de interdependência. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade. Vol. 5, n. 3, jan/jun 2014. p. 219-241.

MACIEL, M.; PHILOMENA, A. A ilha pelos olhos dos ilhéus: educação ambiental e desenvolvimento turístico. In: VERDUM, R.; STROHAECKER, T. **Desenvolvimento regional, turismo e educação ambiental**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2000.

McINTOSH, Robert; GOELDNER, Charles. **Tourism**: principles, practices and philosophies. New York: John Wiley and Sons, 1990.

MOLINA, Sergio; RODRÍGUEZ, Sergio. **Planejamento integral do turismo**: um enfoque para a América Latina. Bauru: Edusc, 2001.

MONTORO, Tânia Siqueira. **Cultura do turismo**: desafios e práticas socioambientais. Brasília: Theasaurus, 2003.

NATIVIDADE, A.; CÂNDIDO, L. Modelando um lugar: integrando artes, geografia e turismo. In: VERDUM, R.; STROHAECKER, T. **Desenvolvimento regional, turismo e educação ambiental**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2000.

NETA, Olivia Morais de Medeiros. **É possível uma pedagogia da cidade?** Revista HISTEDBR Online, Campinas, n.40, p. 212-221, dez.2010.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. **Espaço e religião, sagrado e profano**: uma contribuição para a geografia da religião do movimento pentecostal. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.34, v.2, p.135-161, ago./dez., 2012.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. **Bom Jesus da Lapa**: três romarias, um patrimônio e muita fé. Revista Eletrônica de Turismo Cultural, v. 02, n. 01, 2008.

OLIVEIRA, Sandra Célia Coelho. **Romaria do Bom Jesus da Lapa**: prática do catolicismo popular. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 21, n. 4/6, p. 249-268, abr./jun. 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Compilación de las estadísticas del gasto turístico**. (Manual Técnico N°. 2). OMT, 1995.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Introducción al turismo**. Madrid, OMT, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. SP: Roca, 2001.

PAKMAN, Elbio Troccoli. **Sobre as definições de turismo da OMT**: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Universidade do Estado do Ceará, 2014.

REBOUÇAS, João Paulo Pereira. **A educação ambiental entre reprodução e emancipação: experiências em escolas públicas de Mossoró/RN**. Dissertação (Mestrado). Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

ROSA, Célia Santos da; CORTEZ, Clarice Zamonaro. **Peregrinação e poesia: estudo do espaço sagrado em cantigas de romaria**. Congresso Nacional de Linguagens em Interação: Múltiplos Olhares, Universidade Estadual de Paraná, Maringá, 2013.

ROSENDAHL, Zeny. **A dimensão do lugar sagrado: ratificando o domínio da emoção e do sentimento do ser-no-mundo**. Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais. Geo-Working Papers, 2008.

SANTOS, Maria da Graça Mougá Poças. **Espiritualidade, turismo e território: estudo geográfico de Fátima**. Principia, São João do Estoril, 2006.

SEGURA, Turíbio Vilanova. **Resenha Histórica de Bom Jesus da Lapa**. RJ, 1937.

SHINDE, K. **Policy, planning, and management for religious tourism in Indian pilgrimage sites**. In: \_\_\_\_\_. Journal of Policy Research in Tourism, Leisure & Events. Vol. 4, No. 3, November 2012, 277-301.

SILVA, Patrick Passinho; SOUZA, Regina Celeste de Almeida. **Educação ambiental como mecanismo mitigador de impacto ambiental: o caso de Bom Jesus Da Lapa-BA**. XII SEPA - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, UNIFACS, 2013.

STEIL, Carlos Alberto. **O sertão das romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa-Bahia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Romeiros e turistas no santuário de Bom Jesus da Lapa**. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, outubro de 2003, p. 249-261.

VETTORATO, Helga Krüger. O turismo no limiar do novo milênio: possibilidades e limites do município de Santa Rosa-RS no contexto regional – uma visão de sustentabilidade. In: VERDUM, R. & STROHAECKER, T. **Desenvolvimento regional, turismo e educação ambiental**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2000.

XAVIER, Ana Isabel; RODRIGUES, Ana Luísa; OLIVEIRA, Filipe; OLIVEIRA, Gonçalo; COELHO, Inês; COUTINHO, Inês; MATOS, Sara. **A Organização das Nações Unidas**. Humana Global – Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento. Publicações Humanas, 2007.